

REDE CEDES E IFTO: ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO TOCANTINS

Khellen Cristina P. C. Soares

khellen.correia@ifto.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado dos estudos propostos pelo Centro de Pesquisa da Rede CEDES do Tocantins, do projeto desenvolvido pelo Instituto Federal do Tocantins, em que apresenta o diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer do Estado do Tocantins. Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionário online para os 139 municípios. O Tocantins necessita criar uma rede de convergência dos vários atores sociais envolvidos com ações e políticas de esporte e lazer.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Esporte e Lazer; Tocantins

INTRODUÇÃO

Realizar uma reflexão acerca do campo de análise das políticas públicas abordando conceitos, ferramentas e teorias que podem contribuir para entender o processo de consolidação da ciência do Estado em ação, é relevante para a compreensão da organização de todas as interfaces e complexidade que estão envolvidas no processo de desenvolvimento destas, procurando reconhecer o processo de formulação de agenda e os atores sociais envolvidos.

Em termos de conceituação mínima, pode-se afirmar que estudar política pública é investigar o “estado em ação” (MARQUES, 2013), isto é, quais ações são implementadas e quais atores são envolvidos para a efetivação das ações. Neste processo é relevante reconhecer política pública como um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Rua (2009, p. 20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.



Investigar o Estado do Tocantins em ação, especialmente nas políticas públicas de esporte e lazer, é o desafio deste trabalho. O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural, com uma rica diversidade de povos e comunidades tradicionais e ainda sete etnias indígenas. Desta forma o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) em parceria com o Centro de Pesquisa da Rede CEDES no Estado do Tocantins, buscou investigar as questões relativas às perspectivas de políticas públicas de Esporte e Lazer nos municípios que compõe este Estado.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico se fez através de pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de questionário *online* para os 139 órgãos, secretarias específicas ou compartilhadas e os responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer de todos os municípios do Estado do Tocantins. Foram investigadas: idade, vínculo empregatício, tempo de serviço na instituição, formação e conhecimento sobre programas, espaços e equipamentos de esporte, lazer, projetos e ações de gestão pública.

Os questionários foram elaborados com questões referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, considerando o esporte e o lazer como manifestações que fazem parte da vida das cidades e das comunidades, o estilo de vida destes sujeitos, nesses contextos, produz sentidos e significados que estabelecem identidades próprias e manifestações culturais específicas que necessitam ser investigadas.

A construção do instrumento de pesquisa contemplou diferentes etapas de desenvolvimento, que inclui: Grupo focal: elaborado pelos pesquisadores para identificar quais itens deveriam compor o formulário de pesquisa; Painel de especialistas da área: utilizada a técnica de análise por um painel de especialistas que trabalham com a temática de esporte e lazer no Brasil e que sugeriram alterações no instrumento e minimizaram o viés da pesquisa; Construção do sistema de coleta de dados (*online*): utilização do sistema *Google Drive* para hospedagem do instrumento e dos dados coletados; Pré-teste e análise de dados: Como técnica de validação do instrumento foram convidados três municípios para participar do pré-teste, preenchendo as informações do formulário via eletrônica e análise dos dados por meio da técnica de análise multivariada de dados, com intuito de validar a escala e os constructos do instrumento para aplicação final.

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa vinculado a Plataforma Brasil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)¹, foram realizadas as próximas etapas, a saber: contato via *e-mail* com os municípios, coleta de dados e acompanhamento da pesquisa para conferência dos instrumentos preenchidos *online*, avaliação do trabalho e solução de possíveis situações-problemas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: LEITURA DA REALIDADE DO TOCANTINS

Apresentamos aqui o diagnóstico da realidade das políticas públicas de esporte e lazer que vem compondo a agenda dos municípios do Tocantins. Corroboramos com Isayama e Stoppa (2017) que o reconhecimento do lazer como status de direito foi importante porque abriu possibilidades para reivindicar do poder público, e de outras esferas da sociedade, formas para sua materialização no cotidiano de vida do cidadão brasileiro.

Os estudos realizados pelo IFTO, na parceria com a Rede Cedex, apontam que a maioria dos atores sociais que participaram da pesquisa exercem o cargo máximo da gestão das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios e os demais exercem cargos de confiança dentro da gestão destas políticas.

Os dados revelam que estes gestores têm em sua maioria a idade entre 25 e 40 anos, sendo 60% com ensino superior, 37% ensino superior incompleto e um dos gestores ensino médio. Vale destacar que o Estado do Tocantins está na região Norte, e que historicamente e culturalmente o acesso a educação, em especial a educação superior é desafiador. Os estudos desenvolvidos por Rodrigues (2014, p.13) na região amazônica nos auxiliam a entender este processo:



¹ (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 78524117.4.0000.8111)



Qualquer nação e/ou região que não possui pessoas capazes de trabalhar com as problemáticas locais está fadada à estagnação, pois o desenvolvimento é, em uma explicação mais desprendida, resultado da aplicação do conhecimento, configurando-se, na Amazônia, “uma questão de Estado, a ser debatida pelo governo e por toda a sociedade do País” (RODRIGUES, 2014). Não há conhecimento sem investimentos, sem preparação, sem qualificação de pessoas para que elas, além de produzi-lo e transformá-lo, possam gerenciá-lo.

Em relação a escolaridades e a área de formação, doze cursos foram observados dentre eles: Técnico em Contabilidade, Pedagogia, Artes Visuais, Administração, Pedagogia, Contador, Direito, Educação Física, Informática, Serviço Social, Engenharia Ambiental e História.

Neste íterim, temos como dado ainda que a grande maioria dos entrevistados não possui pós-graduação. Melo e Húngaro (2010) destacam que a partir da reorganização da estrutura esportiva no país surgem novos atores e novas demandas sociais relativas aos fenômenos esportivo e de lazer, exemplo disso é a figura do Gestor Público de Esporte e Lazer. Este seria o responsável por “gerenciar projetos”, implementar políticas e buscar processos de monitoramento e avaliação destas ações, de maneira a implementar políticas que assegurem o acesso ao esporte e ao lazer de qualidade.

No Tocantins os dados coletados nos remetem ao entendimento, de que apenas um pequeno percentual (17%) de gestores possui formação na área de administração e gestão pública. E ainda que a maioria destes gestores são contratados e não concursados, ou seja, não tem uma carreira estável, sem acesso a um processo de plano de carreira e qualificação, que lhes permitiriam aprofundar nos estudos e questões pertinentes as políticas públicas de esporte e lazer dos municípios estudados.

Acreditamos que todos os atores sociais que compõem o universo da política pública, possuem saberes relevantes para o processo de construção participativa das ações e da agenda a ser criado nos municípios. Porém, entendemos como determinante para a qualificação das ações de políticas públicas nos municípios do Tocantins, gestores que tenham conhecimentos das teorias ligadas à política, às políticas públicas e aos processos de gestão, bem como os conhecimentos específicos do campo dos estudos do lazer e esporte.

Estes conhecimentos determinam as ações propostas pelo município no campo das políticas públicas de esporte e lazer, desde a alocação de recursos no orçamento do município, como da divisão deste orçamento nas demandas elencadas pela gestão e comunidade. Seguindo esta linha de raciocínio, buscamos dados na pesquisa que nos possibilitassem conhecer a realidade dos espaços e equipamentos utilizados para as atividades de esporte e lazer nos municípios do Tocantins.

A realidade do Tocantins representa a maioria dos Estados da região norte. O Tocantins revela-se com 49% da população do Estado se concentrando em apenas dez cidades, mais de 80% dos municípios do Estado têm menos de 10 mil habitantes e 55% têm menos de 5 mil habitantes². Neste universo de municípios com número de habitantes reduzido encontramos os dados abaixo destacados na tabela.

Tabela 1. Espaços e equipamentos de esportes e lazer no Estado do Tocantins, 2018.

VARIÁVEIS	Nenhum	1 a 5	6 a 10	Mais de 10
	n / %	n / %	n / %	n / %
Praças de esporte ou centros esportivos	6 (15)	27 (68)	4 (10)	3 (7)
Ginásio de esportes	7 (18)	30 (76)	1 (3)	1 (3)
Clubes sociais para atividades esportivas	36 (90)	4 (10)	-	-
Escolinhas de iniciação esportiva	14 (35)	24 (60)	-	2 (5)
Parques públicos	25 (63)	14 (35)	1 (2)	-

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as com os dados da pesquisa



² Dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Os dados apontados na tabela acima indicam que 15% dos municípios investigados não possuem praças de esporte ou centros esportivos, 18% não possuem ginásios de esporte, 90% não possuem clubes sociais para atividades esportivas e de lazer, 35% não possuem escolinhas de iniciação esportiva e 63% não possuem parques públicos.

Os resultados apresentados acima nos trazem a ideia de que no planejamento destes municípios não houve preocupação com ações que pudessem contribuir com a ideia de qualidade de vida e de lazer para seus cidadãos. Os planos diretores não garantiram espaços e equipamentos para atividades de lazer de crianças, adultos e idosos destes municípios.

Observamos ainda que dos municípios estudados, 68% tem entre uma e cinco praças de esporte ou centros esportivos, 76% tem entre 1 e 5 ginásios de esportes, 10% tem entre 1 e 5 clubes sociais para atividades esportivas, 60% tem entre 1 e 5 escolinhas de iniciação esportiva e 35% tem entre 1 e 5 parques públicos. Acreditamos que estes resultados fazem parte dos municípios que tem acima de dez mil habitantes, com uma possibilidade de recursos humanos e financeiros que possibilitam desenvolver uma agenda política de construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer.

E para além da construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer para os cidadãos, há de se planejar e implementar uma política de animação sócio cultural com investimentos que garantam uma formação profissional e participação popular, que qualifique as ações propostas pela gestão. Em relação a Tabela 1, foi destacado pelos atores sociais a existência de quadras de esportes, campo gramado, ginásios de esportes, praças, centro cultural, quadras poliesportivas, centro esportivo e academia da saúde, como espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Os espaços de lazer incorporam alguns princípios orientador-importantes para sua qualidade construtiva e, sobretudo, operacional – que resultam das observações realizadas em seu planejamento e funcionamento, em muitos casos no Brasil e exterior, como: os equipamentos de lazer devem ser atrativos e estimulantes para quem os vê de fora; devem criar a atitude e a vontade de permanência para quem está dentro; as atividades propostas e oferecidas devem estar diretamente relacionadas à cultura local: país, região, cidade, bairro. A diversidade cultural é critério fundamental; incorporar conceitos e metodologias de sustentabilidade ambiental, bem como as normas técnicas orientadoras; cuidados especiais na constituição do quadro de pessoal (recursos humanos). Devem ser multi ou pluridisciplinares e evidenciar as diversidades da população local (PINA, GOULART E SEIXAS, 2017, p. 197).

Os estudos acerca dos espaços e equipamentos de lazer no Tocantins, nos permite entender que a política e as instituições, influenciam a definição dos problemas e das soluções e os atores envolvidos exercem um papel importante na definição das questões. Os municípios tocantinenses têm muitos desafios na implementação de ações no campo das políticas públicas de esporte e lazer.

CONCLUSÕES

O estudo do diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer do Tocantins nos permite estabelecer um olhar frente a realidade, permitindo situar os atores sociais envolvidos, abrindo possibilidades de compreensão de que a participação política é entendida como estratégia para intervir nas instâncias de decisões, minimizando as diferenças, buscando um compartilhar de poder e a garantir a democratização e direito ao esporte e lazer.

Neste momento histórico de retrocesso da política nacional de esporte e lazer, em que há extinção do Ministério do Esporte e, por conseguinte, como efeito cascata, estados e municípios também entram nesta onda de desorganização e desmantelamento das ações e iniciativas no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, acreditamos ser necessário o fortalecimento da participação nas instâncias de decisões, fomentando uma política participativa e de gestão compartilhada.



Diante disso, compreendemos que o Tocantins necessita criar uma rede de convergência dos vários atores sociais envolvidos com as ações e políticas de esporte e lazer com o objetivo comum de democratizar o acesso ao esporte e lazer nos 139 municípios que compõem este Estado.

O Tocantins tem como desafio criar uma agenda para as políticas públicas de esporte e lazer em que, Estado, municípios, Organizações não Governamentais e Instituições de Ensino Superior se envolvam na criação de espaços de diálogos e compartilhamento de decisões, buscando minimizar questões como a formação profissional dos atores sociais envolvidos do processo de construção das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios do Tocantins, criação e ocupação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, bem como da criação de uma agenda política a nível Estadual para o fomento das discussões desta temática nos municípios.

REDE CEDES E IFTO: STUDY OF THE PUBLIC POLITICS FOR SPORT AND LEISURE STATE OF TOCANTINS

ABSTRACT

This paper presents the results of the studies proposed by the Research Center of the Tocantins CEDES Network, of the project developed by the Federal Institute of Tocantins, in which it presents the diagnosis of public sports and leisure politics in the State of Tocantins. A field survey was carried out, with online questionnaire application for the 139 municipalities. Tocantins needs to create a network of convergence of the various social actors involved with sports and leisure actions and policies.

KEYWORDS: *Public politics; Sport and leisure; Tocantins.*

REDE CEDES E IFTO: I ESTUDIO DE LA POLÍTICA PÚBLICA DE DEPORTE Y OCIO DE THE STATE OF TOCANTINS

RESUMEN

Este trabajo presenta el resultado de los estudios propuestos por el Centro de Investigación de la Red CEDES de Tocantins, del proyecto desarrollado por el Instituto Federal de Tocantins, en el que presenta el diagnóstico de las políticas públicas de deporte y ocio del Estado de Tocantins. Se realizó una investigación de campo, con aplicación de cuestionario online para los 139 municipios. Tocantins necesita crear una red de convergencia de los diversos actores sociales involucrados con acciones y políticas de deporte y ocio.

PALABRAS CLAVES: *Política pública; Deporte y ocio; Tocantins.*



REFERÊNCIAS

- ISAYAMA, Helder e STOPPA, Edmur (orgs). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas- SP, Editores Associados, 2017.
- MARQUES, Eduardo. *As políticas públicas na Ciência Política*. In: MARQUES; FARIA (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- MELO, Lúcio Leite e HÚNGARO, Vitor. *Gestão Pública de Esporte e Lazer: uma análise crítica*. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/271.pdf>> Acesso em: 02/02/2019.
- PINA, Luiz Wilson, GOULART, Lucas, SEIXAS, Sandra de Campos. *Espaços e equipamentos de lazer*. In AZAVEDO, Paulo Henrique, BRAMANTE, Antônio Carlos. *Gestão Estratégica das experiências de lazer*. Curitiba, Appris, 2017.
- RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. *Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes*. RBPG, Brasília, v. 11, n. 23, p. 19 - 45, março de 2014.
- RUA, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. Washington, Indes/BID, 1997, Mimeo.

